

Como Conduzir o “Navio de Guerra” Estadunidense em Direção à Comunicação Moral (e ao Verdadeiro Êxito) no Século XXI

Tenente-Coronel Douglas A. Pryer, Exército dos EUA

1º Colocado no Concurso DePuy 2011 de Artigos Militares

Suponha que eu lhe diga que metade do meu pelotão foi destruída, mas não mencione que a metade restante está com tanta raiva que vamos combater com o dobro do empenho. Que significado seria transmitido por um dado estatístico como “50% destruído”? Na guerra, o único dado estatístico com algum sentido é aquele que mostra que o outro lado desistiu.¹

—Karl Marlantes, *What It Is Like to Go to War*

Pelo que eu saiba, nesses nove meses e pouco desde que cheguei aqui, não houve um único caso em que, depois de nos envolvermos em um incidente no qual houve aumento do emprego de força e alguém saiu ferido, tenhamos descoberto que o veículo transportava uma bomba suicida ou qualquer armamento e, em muitos casos, acabou que os veículos transportavam famílias.²

—General de Exército Stanley McChrystal, março de 2010

NO DIA 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, foi para a frente de um edifício do governo em Sidi Bouzid, na Tunísia, encharcou-se de solvente de tinta e ateou fogo em si mesmo. Segundo sua família, seu gesto desesperado e desafiador se deu em decorrência dos ultrajes que ele havia sofrido nas mãos de autoridades locais corruptas. Bouazizi faleceu no hospital menos de três semanas depois, sem saber o que o mundo estava começando a descobrir: que

ele havia feito muito mais do que atear fogo no próprio corpo. Ele acendeu uma chama que logo se alastraria por grande parte do mundo árabe.

Poucas horas depois da autoimolação de Bouazizi, uma pequena manifestação contra o governo foi realizada em Sidi Bouzid, a qual foi registrada com uma câmera de celular e divulgada na internet. Dias depois, havia tunisianos de todas as classes econômicas participando de manifestações contra o Presidente Ben Ali em Túnis e em outras cidades. Em uma questão de semanas, o ditador fugiu do país.

Dezoito dias depois, inspirados pelo que havia ocorrido na Tunísia, manifestantes forçaram a renúncia de Hosni Mubarak, líder autocrático egípcio que estava no poder havia 29 anos. Os protestos logo envolveram a Líbia, mas o ditador do país, Muamar Kadafi, mostrou-se bem mais difícil de remover, e o país mergulhou rapidamente em uma guerra civil. Ele agora também já se foi. Manifestantes obrigaram ministros a renunciar em outros quatro países. Muitos outros governos árabes enfrentam dificuldades para apaziguar multidões de manifestantes revoltados.

O Byte é Mais Forte que o Carro de Combate

Ao analisarem a “Primavera Árabe” ou o “Despertar Árabe”, futuros historiadores provavelmente enfatizarão o papel fundamental que a tecnologia da informação teve em “atizar o fogo”. Graças aos meios de comunicação como o canal Al Jazeera e às mídias sociais como o *Facebook*, *YouTube* e as redes de SMS,

O Tenente-Coronel Douglas A. Pryer é, atualmente, o Chefe da Seção de Inteligência da Força-Tarefa 2010, em Cabul, no Afeganistão. Serviu em várias funções de comando e Estado-Maior no território continental dos Estados Unidos, no Iraque, no Afeganistão e no Reino Unido. É o

autor de The Fight for the High Ground: the U.S. Army and Interrogation During Operation Iraqi Freedom, May 2003-2004 e vencedor de diversos prêmios em concursos de artigos militares.

a disparidade entre a propaganda das ditaduras e a realidade foi exposta de modo implacável. Embora tenham tentado, os autocratas árabes foram incapazes de negar, de maneira plausível, a escalada das manifestações contra eles. O que foi ainda mais prejudicial a seus regimes: foram incapazes de censurar vídeos das intensas manifestações. Além disso, quando ordenaram ações de segurança brutais, não puderam ocultar as chocantes imagens e sons da repressão, o estalar dos disparos, o medo evidente da população civil, os gritos dos feridos e a perturbadora visão de corpos ensanguentados.

Pode parecer contrário à lógica, mas, na maioria dos casos, os *bytes* vêm provando ser mais fortes do que os carros de combate. Mas como pode ser isso? A resposta é simples: o conflito armado é uma questão mais da mente (percepções e opiniões) do que de armas.

Se, em um confronto entre manifestantes munidos de cartazes e um carro de combate, a guarnição deste decide atirar contra os primeiros, acaba o “jogo”: ganha o carro de combate. Contudo, consideremos as decisões que precisam ser tomadas, com base em informações, para que a guarnição elimine os manifestantes. Primeiro, seus integrantes precisam acreditar que é preciso eliminá-los, ou por crerem honestamente que isso é o certo e necessário ou porque seus superiores irão puni-los por descumprimento de ordens. Além disso, para que seja cometida tal atrocidade, todos os comandantes da cadeia de comando à qual pertence essa guarnição precisam acreditar que ela deva prosseguir. Caso um único elo seja rompido nessa cadeia, o carro de combate se tornará tão perigoso para os manifestantes quanto um liquidificador quebrado. Se a guarnição do carro de combate se unir aos manifestantes, então, é quase certo que o fim do regime estará próximo.

Na era da informação, os ditadores vêm constatando que está cada vez mais difícil impedir que a mensagem da oposição seja ouvida — e o que é ainda mais grave: ouvida por membros de suas próprias Forças de segurança. Embora ainda esteja cedo demais para anunciar a morte das ditaduras e das máquinas de propaganda de estilo stalinista, que alcançaram tanto destaque no século XX, seu fim está certamente próximo.

Outro sinal dos tempos é a ascensão do *Wikileaks*, um *site* que publica informações



“Washington Atravessando o Delaware”, 1851, Óleo sobre tela, Metropolitan Museum of Art. Embora fosse taticamente proficiente, o destaque do General George Washington estava, na verdade, na sua qualidade como estrategista moral. Como exemplo, sua insistência de que o Exército Continental seguisse as leis da guerra com maior fidelidade do que o fazia o Exército britânico fortaleceu a determinação estadunidense, em detrimento da britânica.

“vazadas”. A enorme quantidade de documentos sigilosos estadunidenses publicados pelo *site* é inédita e surpreendente. Em 2010, ele divulgou centenas de milhares de relatórios sigilosos, cobrindo seis anos do conflito no Afeganistão e no Iraque. Em seguida, publicou as primeiras de 251.287 mensagens diplomáticas sigilosas, de 274 embaixadas estadunidenses, que cobrem um período de 45 anos³. Provando como o mundo ficou conectado, algumas dessas mensagens desempenharam um papel central em inspirar o “Despertar Árabe”⁴.

A era da informação também trouxe mais desdobramentos para as Forças estadunidenses. Nos anos 90, imagens perturbadoras divulgadas pela mídia provocaram as intervenções humanitárias dos Estados Unidos da América (EUA) no norte do Iraque, na Somália, na Bósnia e no Kosovo. Hoje em dia, o poder da mídia (com efeito, o poder da *verdade*) é tamanho que ela não só envia tropas estadunidenses para zonas de combate, mas também as traz de volta para casa⁵. Nossa intervenção humanitária na Somália chegou ao fim quando espectadores de televisão estadunidenses assistiram a multidões de somalis arrastarem os corpos de soldados dos EUA pelas ruas de Mogadíscio. Da mesma forma, relatos chocantes sobre atrocidades cometidas em locais como Abu Ghraib, Guantánamo e Haditha intensificaram o clamor pela retirada de tropas estadunidenses do Iraque e do Afeganistão — e serviram, ainda, como estímulo ao recrutamento por nossos inimigos terroristas⁶.

Essas tendências relacionadas com a informação — que vêm se acelerando — refletem as tremendas mudanças políticas e sociais em andamento desde, pelo menos, os anos 60. Durante a Guerra do Vietnã, correspondentes fizeram reportagens sobre verdades terríveis na área de operações, as quais, muitas vezes, contradisseram os relatórios positivos e elogiosos dos dirigentes dos Estados Unidos, o que gerou uma “lacuna de credibilidade”⁷. Algo especialmente prejudicial ao moral estadunidense foi o relato sobre as atrocidades em My Lai, um crime de guerra terrível que, como faria Abu Ghraib décadas mais tarde, aumentou a confusão estadunidense sobre a guerra e intensificou questões sobre sua legitimidade moral⁸. A divulgação dos “Documentos do Pentágono”, em 1971, prefigurou a ascensão do *Wikileaks*, e o atual “Despertar Árabe” tem muito em comum com a *glasnost* e a desintegração da União Soviética, no início dos anos 90.

As Forças Armadas dos EUA deveriam extrair valiosos ensinamentos dessas mudanças drásticas: uma comunicação alheia aos aspectos morais é uma comunicação ineficaz⁹. O “treinamento cultural” é um tipo de treinamento de conscientização moral, sendo, por isso, muito importante¹⁰. As ações e intenções militares devem ser transparentes. O “engajamento de informações” é mais importante que o engajamento de armas. As ações falam mais alto que as palavras. A conduta ética dos militares estadunidenses é de extrema importância¹¹.



Mariam Soliman

Em 06 Feb 11, um civil sobe em um carro de combate egípcio, em meio aos protestos não violentos que aconteceram no país. Cinco dias depois, Hosni Mubarak, Presidente do Egito havia quase 30 anos, renunciaria ao cargo.

Infelizmente, porém, embora o governo Obama tenha demonstrado uma compreensão maior dessas lições que seu antecessor, as Forças Armadas dos EUA ainda não alcançaram uma verdadeira transformação nesse sentido.

Atentos aos Detalhes Cinéticos, mas Inconscientes do Todo Moral

A visão geral apresentada na introdução à Diretriz de Segurança Nacional dos EUA, assinada pelo Presidente Barack Obama em maio de 2010, afirma que o país “continuará a subscrever para a segurança mundial”¹². A essa forte assertiva, segue-se logo a ressalva de que “nenhum país... será capaz de enfrentar os desafios mundiais sozinho”¹³.

Mesmo com tal ressalva, o objetivo de “subscrever para a segurança mundial” é um tanto grandioso — provavelmente mais ambicioso em escala do que qualquer outro propósito publicamente expresso por essa ou qualquer outra democracia na história recente. Um objetivo como esse precisa apoiar-se em um orçamento enorme e, sem dúvida, o “poder coercitivo” das Forças Armadas estadunidenses é bem provido de recursos. Embora a Rússia e a China sejam, às vezes, consideradas concorrentes “quase equiparáveis” em capacidade militar, a soma dos orçamentos militares dos dois países não chega a igualar-se ao dos Estados Unidos. De fato, os Estados Unidos gastam, anualmente, quase o mesmo que o total combinado de todas as outras Forças Armadas do mundo¹⁴.

Os gastos do país com o chamado “poder de persuasão” são bem menores, como evidencia o fato de que os orçamentos de 2010 do Departamento de Estado e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) corresponderam a menos de 10% do orçamento do Departamento de Defesa¹⁵. No âmbito das Forças Armadas, pouco se gasta com métodos de emprego do poder que não

sejam “cinéticos”. A maioria das despesas militares discricionárias destina-se a aquisições e pesquisa, desenvolvimento, testes e avaliação (um terço do total, no orçamento de 2011)¹⁶. Por sua vez, essa enorme “fatia” do orçamento é investida, em sua quase totalidade, em dispendiosos programas de armas cinéticas, sendo os três mais caros, atualmente, o sistema de Defesa de Mísseis Balísticos, o caça *F-35 Joint Strike Fighter* e o programa de submarinos da classe *Virginia*¹⁷.

Dois dos programas mais caros do Exército estão relacionados com a tecnologia da informação, o que, à primeira vista, parece ser algo positivo¹⁸. O Programa de Modernização das Equipes de Combate de Brigada desenvolve e põe em campo robôs, sensores remotos e equipamentos pessoais avançados de comunicação, anteriormente associados com o programa de Sistemas de Combate do Futuro, enquanto o Programa de Rede de Informações do Combatente fornece uma sólida arquitetura de comunicações para apoiar brigadas que serão superconectadas.

O que não está claro, porém, é como qualquer um desses programas irá ampliar a capacidade do Exército para se comunicar com o mundo, na verdade. Considere-se, por exemplo, a aparência de ciborgue de ficção científica que o soldado estadunidense vem assumindo. Ao fazer com que os soldados pareçam menos humanos, as Forças Armadas dos EUA estão gerando um distanciamento e, com efeito, isolando-se moralmente das populações estrangeiras, em vez de se integrarem a elas. Esperar que aldeões de países do Terceiro Mundo acolham soldados carregados de equipamentos e capacetes, rodeados de pequenos robôs terrestres e aéreos, é análogo a esperar que uma aldeia de *Ewoks* receba, de bom grado, as Tropas Imperiais de “Guerra na Estrelas” (“Star Wars”). Precisamos de mais do que uma forte *intranet* voltada aos elementos cinéticos. Precisamos de uma comunicação melhor e moralmente mais consciente do mundo à nossa volta, ou seja, uma comunicação plenamente consciente das implicações morais de cada ação.

O atual manual de contrainsurgência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA afirma: “Às vezes, quanto mais você proteger a Força, menos seguro ficará”¹⁹. Acrescenta: “Quando se perde a legitimidade moral, perde-se a guerra”²⁰. Esses princípios refletem um reconhecimento

há muito necessário de que a guerra possui uma dimensão moral, reconhecimento esse que levou ao emprego de melhores táticas e melhores resultados no Iraque — e, quiçá, no futuro, no Afeganistão.

Contudo, as Forças Armadas dos EUA ainda não tiraram verdadeiro proveito desse entendimento moral, que muitos creem, equivocadamente, estar relacionado a apenas um tipo de combate — o de contrainsurgência. Muitos ainda não compreenderam que, se os moradores de Dresden houvessem contado com câmeras de celular e internet, os militares que os bombardearam provavelmente não teriam conseguido prosseguir com sua campanha de bombardeio estratégico.

Os processos de aquisição militar mostram-se particularmente resistentes a ideias morais. Com exceção do valor gasto para aumentar a precisão dos sistemas de armas e a capacidade seletiva dos sensores, o investimento total para fazer com que as operações sejam moralmente conscientes não chega nem a uma mínima fração do custo dos programas de armas mais caros do país²¹.

Isso não quer dizer que as Forças Armadas estadunidenses estejam ignorando a necessidade de se comunicarem de forma moralmente consciente. Em fevereiro de 2010, por exemplo, o Departamento de Defesa autorizou os militares a utilizarem mídias sociais, *blogs* e outros recursos da internet para fins pessoais²². Permitir que os militares compartilhem seus relatos com o mundo deve ajudar a convencer os céticos que as tropas estadunidenses se comportam de forma moralmente legítima na zona de combate — contanto que elas estejam, de fato, portando-se desse modo e que tenham uma boa conexão de internet. Outros acontecimentos promissores incluem a maior atenção dada ao ensino do Direito dos Conflitos Armados em academias militares e durante a instrução básica de praças²³; o estabelecimento de um centro, em 2008, “para fortalecer a profissão e a ética do Exército”²⁴; e a maior ênfase no “treinamento cultural”, tanto no Exército quanto no Corpo de Fuzileiros Navais²⁵.

No entanto, essas medidas vêm se mostrando inadequadas, por não estarem acompanhadas de uma considerável mudança em recursos ou treinamento. O que é mais perturbador, as Forças Armadas estadunidenses continuam sofrendo “golpes” morais em função da má conduta ou de julgamentos equivocados de alguns, nas áreas de

operações. O mais vergonhoso talvez seja o ocorrido no início de 2010, quando 12 soldados estadunidenses foram acusados de serem cúmplices no assassinato de três afegãos por, segundo consta, pura “diversão”. Também em 2010, as Forças de coalizão no Afeganistão apresentaram diversos pedidos de desculpas pelas mortes acidentais de civis — mortes que alguns veículos da mídia denominaram “atrocidades”²⁶.

Evidentemente, nosso desempenho precisa ser bem melhor.

O Que Dizemos sobre Nós Mesmos

Para que nossas ações transmitam a mensagem certa, precisamos primeiro nos certificar de que as palavras que nos orientam sejam as corretas. Ou seja, precisamos dar extrema atenção às palavras, pois, como diz um nobre na peça “Oteló”, de Shakespeare, a “opinião, a mais soberana senhora dos factos” determina nossas ações²⁷.

Então, que palavras regem a Profissão das Armas dos EUA? Nossas leis, regulamentos e doutrina não falam em voz uníssona e clara sobre o assunto.

A orientação moral dos soldados estadunidenses começa com a lei nacional, que inclui a obrigação de obediência ao Direito dos Conflitos Armados (conforme aceito e entendido nos tratados firmados pelo governo dos EUA) e à Convenção contra a Tortura, de 1984. Além disso, leis federais exigem que os militares prestem o juramento de “apoiar e defender a Constituição dos Estados Unidos”, um texto que contém poderosos juízos morais sobre os direitos básicos de todos os estadunidenses. Contudo, é revelador que, embora as praças devam jurar obedecer às ordens legais de sua cadeia de comando, os integrantes das Forças não sejam obrigados, por juramento, a obedecer apenas a ordens morais. Para os soldados recém admitidos na Força, essa falha é o primeiro



Foto cedida pelo Cel. Laurence Mixon

O Gen Martin Dempsey (centro), no Centro de Interrogatórios da Força-Tarefa 1ª Divisão Blindada, em Bagdá, no Iraque, enquanto conversa com o Comandante e a Sargento-Maior do 501º Batalhão de Inteligência Militar. Dempsey adotou um memorando que criminalizou os maus-tratos a detentos no âmbito da FT, eliminando o emprego das imorais e estrategicamente desastrosas técnicas avançadas de interrogatório.

indício de que a instituição na qual ingressaram se baseia em um sistema de conduta excessivamente legalista²⁸.

Os Atos do Executivo fornecem orientações adicionais. O Ato do Executivo Nr 12674 estabelece restrições de caráter financeiro aos servidores públicos, e o Ato do Executivo Nr 10631 define o “código de conduta” das Forças Armadas estadunidenses²⁹. Esse código não é abrangente o suficiente, mas chega a abordar como um integrante das Forças Armadas estadunidenses deve agir, ao “evitar ser capturado, resistir como prisioneiro ou escapar do inimigo”³⁰.

O Departamento de Defesa também oferece orientações adicionais. O Regulamento 5500.7-R — *Joint Ethics* (Ética das Forças Conjuntas) contém, predominantemente, restrições de conduta relacionadas ao trato com finanças. O segundo capítulo do regulamento contém um “código de ética”³¹. Contudo, a lista de proibições para aqueles que lidam com recursos públicos, nesse capítulo, é de escopo tão limitado quanto o “código de conduta” das Forças Armadas³². O que é desconhecido pela maioria dos militares é que esse regulamento também define dez “principais valores éticos”, que regem a profissão³³. Além

disso, ele fornece uma regra de dez passos para a tomada de decisões éticas que, no entanto, também não é muito conhecida³⁴.

...o conflito armado é uma questão mais da mente... do que de armas.

A Publicação Conjunta 1 — *Operações Conjuntas das Forças Armadas dos Estados Unidos (JP 1 — Joint Warfare of the Armed Forces of the United States)* define cinco “valores do serviço conjunto”, que são “comuns a todas as Forças”³⁵. Apenas um, “integridade”, é um valor ético fundamental do Departamento de Defesa, e, do modo como foi redigido o manual, não fica claro se os outros quatro valores se destinam a complementar ou a substituir os valores do Departamento. A “integridade” é classificada como o supremo valor das operações conjuntas, sem que uma ordem de prioridade seja definida para os quatro restantes³⁶.

Essa publicação conjunta também afirma: “O poder militar deve ser empregado de forma impecavelmente moral, com respeito aos direitos humanos e em conformidade com as Convenções de Genebra”³⁷. Em seguida, é apresentada uma refutação do legalismo: “A moral não deve ser uma questão de legalidade, mas de consciência”³⁸. Infelizmente, essas duas fortes declarações de princípio estão praticamente escondidas nas letras miúdas desse manual de 106 páginas.

Orientações mais firmes sobre o que significa ser um profissional militar estadunidense começam no âmbito de cada Força Singular. A “doutrina fundamental” do Exército para sua ética profissional é o Manual de Campanha 1 — *O Exército (FM 1 — The Army)*. Além de um relato sobre como nossa profissão evoluiu historicamente, esse manual propõe três paradigmas que são os “valores e padrões orientadores mais importantes” do Exército³⁹: os “Valores do Exército”, o “Credo do Soldado” e o “Etos do Guerreiro”.

Os Valores do Exército são “Lealdade”, “Dever”, “Respeito”, “Serviço Abnegado”,

“Honra”, “Integridade” e “Coragem Pessoal”, concebidos e organizados de modo a formar o acrônimo LDRSHP, bastante próximo da palavra “liderança” em inglês⁴⁰. Mais uma vez, não está claro se esses valores se destinam a complementar ou a substituir os relacionados em publicações de nível hierárquico superior. Os Valores do Exército também não seguem uma ordem de prioridade, suscitando as seguintes perguntas: o que um militar deve fazer quando seu senso de lealdade para com os companheiros e com a Unidade estiver em conflito com seu senso de dever para com o país? Um militar deve mentir, caso acredite que isso ajudará o país? As respostas fornecidas pelo paradigma a essas perguntas são confusas — e serão, provavelmente, para todas as difíceis questões relacionadas à ética⁴¹.

Além disso, embora defina “integridade” com o intuito de estimular os militares a fazer o que é “moralmente correto”, o manual não oferece ferramenta alguma para ajudá-los a determinar qual é a linha de ação moralmente correta (ou a melhor) para um dilema ético. É verdade que o Código Uniforme de Justiça Militar e tantos outros regulamentos oferecem milhares de páginas de proibições, mas o simples fato de uma ação ser legal não significa que ela seja o certo a fazer. Se a expectativa é de que os militares utilizem o modelo de dez passos para a tomada de decisões éticas, do Departamento de Defesa, é preciso que eles saibam de sua existência e que sejam treinados em como utilizá-lo.

A situação fica ainda pior. Se, por um lado, o paradigma dos Valores do Exército é inútil para estimular a tomada de decisões éticas, o Credo do Soldado e o Etos do Guerreiro chegam, então, a ser contraproducentes. Eles promovem princípios imorais, como a obediência cega à autoridade, a devoção à competência técnica e ao poder militar cinético e a vitória a qualquer custo. Ensinam os militares a colocarem o cumprimento da missão acima de tudo (em vez de, por exemplo, seu senso de honra)⁴². Oferecem apenas uma “pitada” de preocupação moral, afirmando que os militares “vivem os Valores do Exército” (um paradigma que, como acabamos de ver, oferece muito pouco em termos de orientação ética)⁴³. Também instam os militares a serem disciplinados e mentalmente resistentes. A pergunta que surge, porém, é: a

ponto de perder a compaixão pela população local e pelos inimigos armados?⁴⁴ Além disso, eles não oferecem nenhuma alternativa de “poder de persuasão” para derrotar o inimigo: os militares devem “estar prontos para serem empregados em operações, engajar e destruir os inimigos dos Estados Unidos da América em combate cerrado”⁴⁵. Em suma, não é difícil ver que esses credos podem contribuir para ações imorais. Eles pertencem, claramente, ao Exército mal preparado e moldado pela Guerra Fria do início da “Guerra contra o Terrorismo”, e não a um Exército que deveria ser mais experiente e sábio, hoje.

Até agora, esta discussão só ofereceu um resumo das deficiências e incoerências da ética profissional publicada das Forças Armadas estadunidenses. Com base nessas deficiências, não surpreende a frequência com que alguns militares estadunidenses exibem confusão moral nos campos de batalha da atualidade. O que surpreende, na verdade, é que a grande maioria dos integrantes das Forças Armadas estadunidenses consegue atuar com legitimidade moral — ou, pelo menos, com legitimidade constantemente maior que a de seus inimigos armados. Ao que parece, mesmo quando impera um legalismo amoral e o comportamento parte mais do desejo de evitar punição do que da vontade de fazer o que é certo, continua sendo possível manter um triunfo institucional: a conduta constantemente justificável no campo de batalha. Inevitavelmente, porém, a trágica falha do legalismo torna-se evidente quando um integrante das Forças acredita que poderá cometer ações terríveis e permanecer impune, sempre que ele se encontrar em um canto remoto do mundo.

As Forças não precisam de mais doutrina, e sim de uma doutrina melhor sobre a ética profissional. Essa nova doutrina deve ser menos moralmente esquizofrênica; mais clara, racionalmente fundamentada, de fácil compreensão e comunicada efetivamente em todas as Forças. Deve equilibrar as proibições legais negativas com princípios éticos positivos e incluir uma ferramenta simples e fácil de entender para a tomada de decisões éticas, que ajude os integrantes da Força a determinarem a melhor linha de ação para uma determinada situação.

Tal ética profissional escrita promoveria uma conduta moral positiva em todos os escalões de comando. Seus princípios orientadores acabariam se tornando os “temas de discussão” com os quais interagiríamos com a mídia e melhorariamos nossa reputação moral junto às populações estrangeiras, à comunidade internacional, à liderança civil e a todos os outros estadunidenses — não porque os pregamos, mas porque os demonstramos em nossa conduta.

Os Gastos, a Estratégia e o Treinamento devem ser Coerentes com a Doutrina de Contrainsurgência

Escolher as palavras certas é a primeira etapa fundamental, mas é preciso mais que palavras para que se tomem as ações certas. É preciso investimento, treinamento e uma estratégia que levem em conta o aspecto moral.

Em meu artigo “Controlling the Beast Within: the Key to Success on 21st-Century Battlefields”, apresentei diversas ideias para melhorar o programa de ética do Exército. Algumas delas são relacionadas a seguir:

- A instrução sobre ética cabe ao comando.
- O comedimento moral “precisa ser incorporado em todos os treinamentos de táticas individuais de combate, como os módulos de tiro de carros de combate, as pistas de combate aproximado em área urbana e a prática de interrogatórios”.
- Os oficiais de operações precisam ser os responsáveis pelas orientações sobre ética no estado-maior — não os advogados ou os capelães.
- As guarnições militares precisam oferecer um curso sobre o tema, com duração de várias semanas, para qualificar os “oficiais de ética” das Unidades.
- Os estabelecimentos de ensino das Forças Armadas devem se concentrar mais em ajudar os comandantes a entender a dimensão moral da guerra⁴⁶.

A esses pontos, acrescento as considerações a seguir:

Planejamento de Estado-Maior. O Corpo de Fuzileiros Navais, a Marinha e a Força Aérea dos EUA também se beneficiariam de um forte programa de ética. Em todas as Forças Armadas,

é preciso atualizar os modelos de planejamento de estado-maior, de modo que ele reflita a importância de se conservar a vantagem moral sobre o inimigo. O Manual de Campanha 3-0 — *Operações (FM 3-0 — Operations)* contém uma discussão útil sobre a importância de questões morais para determinar o “centro de gravidade” da parte em um conflito, mas essas considerações são, de modo geral, ignoradas na doutrina⁴⁷. Além disso, quando um estado-maior avalia possíveis linhas de ação, os critérios utilizados devem incluir as seguintes questões: Que linha de ação (LA) promove melhor a legitimidade do governo do país anfitrião? Que LA resultará em menos sofrimento e baixas civis, causados pelos Estados Unidos? Em alguns casos, os comandantes e estados-maiors devem tratar a “legitimidade moral” como uma linha de operação separada dentro de um planejamento de campanha ou linha de ação. Considerando que nós “treinamos do modo como combatemos”, questões relativas à legitimidade moral devem ser temas-chave durante os exercícios de estado-maior nos aquartelamentos e nas escolas das Forças Armadas, sempre sob orientação do instrutor.

Avaliação de efetividade. As “medidas de efetividade” de uma estratégia, campanha ou ordem devem enfatizar questões morais. Além disso, devem estar ligadas às questões morais levantadas pelo estado-maior ao avaliar possíveis linhas de ação. Por exemplo, o governo do país anfitrião vem mostrando sinais de maior estabilidade política? Está havendo alguma redução no número de baixas de não combatentes ocasionadas pelas ações das Forças da coalizão e do país anfitrião? Os seguintes indicadores também poderiam ser incluídos: o governo do país anfitrião está se tornando menos corrupto? Os sistemas judiciário e penal vêm conquistando a confiança do público? As Forças da coalizão e do país anfitrião estão reduzindo os “danos colaterais”? Houve redução do efetivo e do moral do inimigo? Estamos investigando e punindo crimes de guerra cometidos pelas Forças de segurança do país anfitrião? A taxa de deserção das Forças de segurança do país anfitrião está diminuindo? Os governos das Forças aliadas estão mais consistentemente fornecendo apoio material?

Gerenciamento das informações. Estas são, de longe, as Forças Armadas mais sigilosas da história dos Estados Unidos. Nosso prazo-padrão para manter documentos sob classificação de sigilo é de décadas, em vez de meses ou anos. O prazo mais curto para a desclassificação automática de um documento é de dez anos e, para documentos que se enquadrem em certas categorias (a maioria), a regra determina 25 anos⁴⁸. Os documentos ligados a Programas de Acesso Especial são automaticamente protegidos por um período ainda maior (40 anos)⁴⁹. Para piorar ainda mais a situação, quase todos os computadores e redes de apoio às operações de combate têm classificação sigilosa, e quase todos os usuários desses sistemas costumam classificar o tráfego gerado como sigiloso — mesmo quando não existe motivo algum para isso.

É importante zelar pela segurança operacional, mas é preciso reconhecer, também, que o valor de tais informações para os nossos inimigos tem, em geral, um prazo de validade bastante curto. É preciso corrigir isso, para que possamos criar pontes e nos comunicar melhor. Uma opção é que todos os relatórios de um arquivo sigiloso passem para um arquivo ostensivo depois de apenas um ano, contado a partir da classificação — a menos que aquele que criou o relatório tenha incluído um código especial de exceção a essa regra. Essa transparência destacaria a boa conduta de nossas tropas e ajudaria as Forças Armadas a demonstrar sua honestidade. Além disso, tornaria *sites* como o *Wikileaks* praticamente irrelevantes.

Os princípios orientadores dessa ética acabariam se tornando os “temas de discussão” com os quais interagiríamos com a mídia...

Concepção de estratégias morais. Quando se formula uma estratégia, as considerações morais devem falar mais alto que as questões operacionais e de proteção da Força de curto prazo. Consideremos, por exemplo, a atual prática

estadunidense de utilizar veículos aéreos não tripulados para atacar militantes no Território Federal das Áreas Tribais, no Paquistão. Os ataques por veículos aéreos não tripulados estadunidenses provocaram mais de 2 mil mortes no Paquistão⁵⁰. Embora as estimativas variem muito, o número de não combatentes mortos nesses ataques corresponde, provavelmente, a cerca de um quinto do total⁵¹. É compreensível que as mortes desses “inocentes” sejam extremamente impopulares no Paquistão. Segundo uma enquete do Instituto Gallup, apenas 9% dos paquistaneses apoiam esse tipo de ataque⁵². Enquanto isso, não há nenhuma evidência que indique que os ataques de veículos aéreos não tripulados no Paquistão tenham reduzido os ataques de insurgentes no Afeganistão. Desde que eles começaram, o número de mortos da coalizão neste último país disparou, passando de 60, em 2004, para 711, em 2010⁵³. O número de mortes provocadas por dispositivos explosivos improvisados (que geralmente envolvem suprimentos e treinamento provenientes do Território das Áreas Tribais) passou de 4, em 2004, para 368, em 2010⁵⁴. Em poucas palavras, com base na maioria dos indicadores morais de efetividade, essa tática está fracassando. Os ataques de veículos aéreos não tripulados estão contribuindo para o recrutamento pelos nossos inimigos jihadistas, aumentando a instabilidade no Paquistão (país dotado de armas nucleares) e enfraquecendo a autoridade moral dos Estados Unidos. O custo moral dessa quixotesca tentativa de privar os insurgentes de suas áreas seguras no Paquistão é alto demais, especialmente quando se constata que é provavelmente impossível negá-las ao inimigo armado, empregando apenas poder aéreo.

Sendo assim, qual será o resultado da nossa miopia moral no Afeganistão? O manual de contrainsurgência oferece, na verdade, uma previsão geral: quando se perde a legitimidade moral, perde-se a guerra⁵⁵.

Como Redirecionar o “Navio de Guerra” Estadunidense

Nunca foi tão importante para as Forças Armadas dos EUA atentar aos aspectos morais da guerra. Contudo, será necessário um “cataclismo” em nosso pensamento, que seja tão profundo quanto as mudanças que vêm ocorrendo no

mundo árabe.

Já é possível sentir a agitação. Com uma boa fundamentação em ideias morais, o manual de contrainsurgência de 2006 contribuiu para a formulação de uma abordagem estadunidense de muito mais sucesso, no Iraque. A instrução sobre o Direito dos Conflitos Armados, que os militares recebem ao ingressarem nas Forças, vem melhorando. A política do Departamento de Defesa hoje permite que os militares utilizem a internet para contar suas histórias pessoais. Além disso, o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA aprimoraram o “treinamento cultural”.

Entretanto, essas medidas estão longe de serem suficientes. Precisamos empregar uma quantidade bem maior de recursos, com vistas a manter não só uma vantagem física, como também uma vantagem moral sobre o inimigo. É preciso que os princípios que orientam a Profissão das Armas — nossa ética por escrito — sejam os certos. É preciso deixar para trás a desnecessária “neblina” de informações sigilosas, que obscurece nossa conduta no campo de batalha (que é bem melhor do que crê a maioria das pessoas). É preciso, também, que as estratégias, os planejamentos de campanha e as ordens demonstrem consciência moral.

No que diz respeito aos recursos, existe uma razão para a lentidão no ritmo de mudança das Forças Armadas estadunidenses. Esta está sujeita a poderosas forças de inércia, incluindo interesses comerciais da indústria bélica, os interesses eleitorais dos membros do Congresso e as culturas arraigadas durante décadas nas Forças Armadas.

Há esperança, porém, de que uma verdadeira transformação se dê mais rapidamente do que o sugerido por nossa atual trajetória moral. Primeiro, os oficiais superiores do início das guerras no Iraque e no Afeganistão são hoje coronéis antigos ou oficiais-generais (devemos recordar que os oficiais superiores do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais foram a força motriz no desenvolvimento do manual de contrainsurgência)⁵⁶. Segundo, os Generais de Exército Martin Dempsey e Raymond Odierno já demonstraram seu entusiasmo pela doutrina de contrainsurgência, pelo engajamento de informações e pela profissionalização da Força. Suas atuais funções lhes permitem fazer com



AP/Mohammad Sajjad

Simpatizantes do Tehreek-e-Insaf, ou Movimento de Justiça do Paquistão, exibem cartaz com imagens de supostas vítimas inocentes, durante manifestação contra os ataques com veículos aéreos não tripulados estadunidenses nas áreas tribais paquistanesas, 24 Abr 11, Peshawar, Paquistão.

que os meios, o treinamento e a estratégia da Força sejam aquilo que devem ser e estejam onde devem estar.

Em 1988, o General Dempsey, à época major na Escola de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos, defendeu, em sua tese de mestrado, que era necessário “reconsiderar tanto o currículo de ética nas escolas quanto a própria ética do Exército... para considerar melhor a importância do Dever na Profissão das Armas”⁵⁷. Concluiu:

Alguém comparou, uma vez, o esforço de dirigir o Exército com manobrar um navio-aeródromo. Segundo a analogia, se o comandante virar o leme rápido demais em qualquer direção, as aeronaves no convoo cairão no mar. Se ele virar o leme de um lado para o outro, a embarcação também se movimentará de um lado para o outro, mas a direção geral do movimento permanecerá a mesma. Se ele, porém, virar o leme ligeiramente e o mantiver nessa posição por um longo tempo, a embarcação acabará se dirigindo no sentido desejado. Para

isso, o Comandante precisa vislumbrar, é claro, para onde ele quer que a embarcação vá, muito antes de chegar lá. O Exército também precisa de uma visão. De modo geral, essa visão é a ética do Exército⁵⁸.

Não é só o Exército que precisa de uma mudança de direção, mas todas as Forças Armadas dos EUA. Certa vez, Napoleão disse que, na guerra, o “moral está para o físico na razão de três para um”. Contudo, na era moderna, a tecnologia da informação gera uma coerência bem maior na opinião moral do que era possível na época de Napoleão. O fortalecimento do juízo moral coletivo pela tecnologia moderna é uma questão de extrema importância para o espírito de combate das nações, comunidades, organizações e combatentes. Hoje em dia, dizer que, na guerra moderna, as considerações morais estão para o físico na razão de dez para um não é nenhum exagero — e essa importância relativa das questões morais em relação às físicas promete aumentar. É por isso que as duas grandes questões éticas do combate (“Devemos

ir à guerra?” e “A guerra está sendo conduzida devidamente?”) importam mais do que nunca.

Muitos ainda não entendem que o impacto mais profundo exercido pela tecnologia da informação sobre o combate pode ser visto na crescente importância da dimensão moral da guerra. Assim, enquanto ainda existe esperança de que o “navio de guerra” dos EUA esteja começando a mudar

de direção, fica a questão: qual será o custo final em termos de baixas, fracasso da missão e enfraquecimento da autoridade moral do país, caso ele não mude de curso?

Depois de uma década de combate e de todas as dolorosas e, por vezes, vergonhosas tribulações nela contidas, é perturbador pensar que esses custos possam ser ainda bem maiores. **MR**

REFERÊNCIAS

1. MARLANTES, Karl. *What it is Like to Go to War* (New York: Atlantic Monthly Press, 2011), p. 118-119.

2. OPPEL Jr., Richard A. “Tighter Rules Fail to Stem Deaths of Innocent Afghans at Checkpoints”, *The New York Times Website*, disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/03/27/world/asia/27afghan.html>, acesso em 25 jun. 2011; ELLIOTT, Justin. “Gen. McChrystal: We’ve Shot ‘An Amazing Number of People’ Who Were Not Threats”, *TPMMuckraker Website*, disponível em: http://tpmmuckraker.talkingpointsmemo.com/2010/04/gen_mcchrystal_weve_shot_an_amazing_number_of_peop.php, acesso em: 25 jun. 2011. A declaração do General McChrystal, nesse caso, não significa uma avaliação negativa de seu próprio desempenho como Comandante das Forças da coalizão no Afeganistão. Como observou Tadd Sholtis, representante de McChrystal, em uma resposta por e-mail ao site *TPMMuckraker*, McChrystal se empenhou “mais em reduzir o número de baixas civis do que qualquer outro comandante em tempo de guerra em toda uma geração”.

3. Em julho de 2010, o site *Wikileaks* deu início à divulgação de 91.731 relatórios classificados como secretos cobrindo seis anos de conflito no Afeganistão (o “Diário de Guerra do Afeganistão”). Em seguida, o site divulgou, em outubro de 2010, 391.832 relatórios secretos cobrindo os mesmos seis anos no Iraque (o “Diário de Guerra do Iraque”). A divulgação de mensagens diplomáticas classificadas como confidenciais teve início em novembro de 2010.

4. Por exemplo, uma mensagem do embaixador estadunidense descreveu Ben Ali como envelhecido, alienado e cercado de corruptos. O fato de que o governo estadunidense tinha uma visão tão desfavorável de Ben Ali quanto os próprios tunisianos foi uma revelação — e motivo de vergonha — para muitos deles.

5. Não quero dizer que os repórteres nunca errem — ao contrário. Mesmo que consista inteiramente em fatos observáveis, toda reportagem tem ao menos um contexto subjetivo. Emprego uma metáfora capitalista em minha visão da “verdade”: assim como Adam Smith sustentou que, em um mercado livre, uma “mão invisível” regula a economia, de modo que a nação e o cidadão tendam a receber mais riquezas do que em um mercado fechado, em uma sociedade com uma imprensa livre, uma mão invisível regula a verdade de modo que, em geral, tanto a nação quanto seus cidadãos recebem sua versão mais completa. À medida que a tecnologia da informação vai melhorando, o mesmo ocorre com a “verdade” ou, para prosseguir com a metáfora, a força da mão da verdade.

6. O Almirante Mike Mullen, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, afirmou, em uma entrevista em 2009: “Os incidentes naquele local [Abu Ghraib] provavelmente motivaram e, na verdade, ainda motivam muitos jovens a lutar contra nós”. “Matthew Alexander”, pseudônimo do autor de dois livros (incluindo um que descreve como ele comandou a equipe de interrogatórios que conseguiu capturar Musab al-Zarqawi), afirmou: “Aprendi, no Iraque, que a razão principal pela qual combatentes estrangeiros afluíram para o país, para combater, foram os abusos cometidos em Abu Ghraib e em Guantánamo”.

7. UNITED PRESS INTERNATIONAL, “1966 Year in Review”, *UPI Website*, disponível em: http://www.upi.com/Audio/Year_in_Review/Events-of-1966/Vietnam%3A-1966/12301447861822-2/, acesso em 26 jun. 2011. O Senador William Fulbright, do Arkansas, cunhou a expressão *Credibility Gap* (“Lacuna de Credibilidade”), em face da impossibilidade de “obter uma resposta direta do governo sobre a guerra”. A expressão logo passou a integrar o léxico político estadunidense.

8. Refiro-me à legitimidade tanto política quanto moral neste artigo. Segundo meu emprego do termo, a “legitimidade política” é a opinião de uma nação ou comunidade quanto ao seu governo ter o direito de governá-la. Por outro lado, a “legitimidade moral” é a opinião de uma nação ou comunidade quanto às ações do governo serem corretas e apropriadas. Sendo assim, é possível que uma nação considere seu governo como sendo politicamente legítimo, mas acredite que ele não possui legitimidade moral (por exemplo, quando uma nação aceita que um rei “ruim” possui o direito divino ou que um “mau” Presidente possa concluir seu mandato, por ter sido constitucionalmente eleito). Estabelecer ou reforçar

a legitimidade política do governo de um país anfitrião é, em geral, a primeira “ordem do dia” para um contrainsurgente. Contudo, para sustentar a participação no conflito, os contrainsurgentes das democracias maduras precisam empenhar-se em manter a legitimidade moral.

9. O significado da palavra “moral” neste artigo está estreitamente alinhado com o sentido militar tradicional. Para o grande teórico prussiano Carl von Clausewitz, “moral” se referia à psicologia do certo e errado — especificamente, as impressões, os sentimentos e as opiniões que levam à ação ou inação. Um sentido ainda mais próximo do utilizado neste artigo foi empregado pelo Tenente-Coronel Peter Fromm, da Reserva do Exército dos EUA: “O termo *moral*... se refere às suas denotações tanto éticas quanto psicológicas, que a experiência e o idioma ligam de forma indissociável. A razão para esses dois significados é que a ação percebida como correta e a coerência entre o discurso e a prática são a ‘cola’ psicológica que une a comunidade, incluindo a comunidade de Estados. A percepção comum do que é a ação correta une o indivíduo aos grupos e os grupos às comunidades. A *aprovação* moral (ou psicológica) na base das comunidades estáveis é o resultado natural de se agir corretamente.”

10. O “treinamento cultural” normalmente se resume a ensinar os militares sobre os costumes de uma comunidade étnica estrangeira. Como tal, o estabelecimento desse programa (ainda que limitado) é um passo adiante em termos de ajudar os soldados a entenderem o ambiente moral no qual irão atuar.

11. A ênfase na dimensão moral da guerra neste artigo não representa nada de novo na teoria militar. Teóricos da guerra, de Sun Tzu a Clausewitz e ao Coronel John R. Boyd, ressaltaram sua dimensão moral. Para Boyd, por exemplo, a estratégia das grandes Unidades precisa possuir uma “concepção moral” e o elemento essencial no combate é “conservar ou desenvolver nossa autoridade moral ao mesmo tempo em que se compromete a dos adversários, com o intuito de fortalecer nossa determinação, esgotar a dos adversários e atraí-los, com outros, para nossa causa e modo de vida”. (Slide 54, “The Strategic Game of?” [www.dnipogo.org/boyd/strategic_game.pdf]) O que é novo, porém, é a crescente importância da dimensão moral da guerra na era da informação.

12. OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, “National Security Strategy, May 2010”, *The White House Website*, disponível em: http://www.google.co.uk/url?sa=t&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CBsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.whitehouse.gov%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Ffrss-viewer%2Fnational_security_strategy.pdf&ei=vwGHToS9C8rJhAfOp8y_DQ&usq=AFQjCNGFojGF51OBMDOOydzXrPCQPjwQ, acesso em 26 jun. 2011.

13. *Ibid.*

14. BACEVICH, Andrew. *Washington Rules: America’s Path to Permanent Wars* (New York: Henry Holt and Company, LLC, 2010), p. 25. Uma pesquisa rápida em diversos sites confiáveis confirma que os Estados Unidos respondem por algo entre 40% e 50% do total de gastos militares mundiais.

15. Os funcionários do serviço de Relações Exteriores e os comandantes militares muitas vezes descrevem o poder utilizando o paradigma “DIME” (Diplomático, de Informação, Militar, Econômico). Os elementos do “poder de persuasão” (*soft power*) são a diplomacia, as informações e a economia; o elemento militar pertence ao “poder coercitivo” (*hard power*). Segundo documentos constantes do site da Casa Branca ([whitehouse.gov](http://www.whitehouse.gov)), o orçamento militar estadunidense de 2010 foi de US\$ 533,7 bilhões e o orçamento combinado do Departamento de Estado e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional foi de US\$ 49,3 bilhões.

16. UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, “Fiscal Year 2012 Budget Request”, *site do Office of the Undersecretary of Defense (Comptroller)*, disponível em: http://comptroller.defense.gov/defbudget/fy2012/FY2012_Budget_Request_Overview_Book.pdf, acesso em 26 jun. 2011, p. 3.

17. *Ibid.*, p. 3, p. 5-7.

18. *Ibid.*, p. 5-6.

19. Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: Government Printing Office, October 2006), p. 1-27.

20. *Ibid.*, p. 7-9.

21. Essa conclusão é, reconhecidamente, um palpite. É provavelmente impossível determinar, com base em documentos públicos, exatamente quanto dinheiro as Forças Armadas estadunidenses gastam na promoção de ações moralmente conscientes. Contudo, quando se analisa o que foi feito até agora (o aumento do número de horas na instrução sobre valores e sobre o Direito dos Conflitos Armados nos cursos básicos e nas academias militares; a construção de centros de instrução em combate em ambiente urbano, que geralmente oferecem treinamento insuficiente em identificação de alvos; o estabelecimento do pequeno Centro de Ética Profissional do Exército; o ensino, na melhor das hipóteses, de poucas horas de materiais relativos à ética nas escolas militares; o treinamento e emprego de um número reduzido de equipes de terreno humano, etc.), é difícil imaginar que o custo combinado desses esforços chegue a somar bilhões de dólares.

22. UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, “Directive-Type Memorandum (DTM) 09-026 - Responsible and Effective Use of Internet-based Capabilities”, *DTIC Online Website*, 22 Feb. 2011, disponível em <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/DTM-09026.pdf>, acesso em 26 jun. 2011.

23. COUCH, Dick. *In A Tactical Ethic: moral conduct in the insurgent battle space* (Annapolis: Naval Institute Press, 2010), p. 43-44. Segundo Couch, os Fuzileiros Navais dos EUA dedicam mais de 40 horas da instrução básica ao treinamento sobre valores e sobre o Etos do Guerreiro. Na Instrução Básica do Exército, os alunos recebem 45 horas de instrução em valores. Os recrutas do Exército também eram obrigados a portar o memento com as “Regras do Soldado” (uma versão resumida do Direito dos Conflitos Armados) e a responder a perguntas sobre elas.

24. UNITED STATES ARMY, “About the CAPE”, *Center for the Army Profession and Ethic Website*, 16 Jun. 2011, disponível em: <http://cape.army.mil/aboutCape.html>, acesso em 26 jun. 2011.

25. Todos os Fuzileiros Navais e Soldados enviados para o Iraque e para o Afeganistão participam de um breve curso sobre a cultura e o idioma locais. Além disso, uma “equipe de terreno humano” composta de cinco integrantes — antropólogos e cientistas sociais — hoje apoia o comandante de cada brigada de combate desdobrada. Infelizmente, os integrantes dessa equipe são, muitas vezes, os únicos da brigada a ter um entendimento profundo sobre uma cultura específica — as decisões não vêm deles, porém. Algo igualmente decepcionante é que a formação profissional de efetivos de Inteligência militar normalmente se concentre nas habilidades técnicas ligadas ao ofício, e não à compreensão cultural (ou melhor, moral).

26. O exemplo mais famoso dessa tendência da mídia consistiu em um vídeo de helicópteros estadunidenses atacando um grupo misturado, com insurgentes e civis, no Iraque. Sem dúvida, os pilotos tomaram decisões eticamente imperdoáveis (e, alguns diriam, ilegais). Contudo, é quase certo que os pilotos acreditassem que o grupo inteiro fosse composto de insurgentes. Não obstante, o *site* Wikileaks deu ao vídeo o título de “Collateral Murder” (“Assassinato Colateral”), e vários outros *sites* se referiram ao incidente como sendo um “crime de guerra” ou “atrocidade”.

27. SHAKESPEARE, William. “Othello, the Moor of Venice”, *Google Books Website*, 2008, disponível em: <http://books.google.com/books?id=xXzO8iSIRB0C&printsec=frontcover&v=onepage&q&f=false>, acesso em 26 jun. 2011, p. 26. [*Tradução de D. Luiz de Bragança — N. do T.]

28. Em meu emprego do termo, um sistema puramente “legalista” é aquele em que as decisões morais advêm exclusivamente da consideração de proibições. Em um caso qualquer, tal sistema poderá produzir diversas linhas de ação de igual valor moral, contanto que nenhuma das opções seja especificamente proibida. Por outro lado, um sistema puramente ético é aquele em que as ações são guiadas por princípios positivos. Assim, para uma dada situação, esse sistema oferece diversas linhas de ação, classificadas de melhor a pior. Defendo, neste artigo, que as Forças Armadas dos EUA precisam de um equilíbrio melhor entre o legal e o ético.

29. OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, “Executive Order 12674 of April 12, 1989 (as modified by E.O. 12731: Principles of Ethical Conduct for Government Officers and Employees)”, *United States Office of Government Ethics Website*, disponível em: http://www.usoge.gov/laws_regs/exec_orders/eo12674.pdf, acesso em: 26 jun. 2011; OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, “Executive Order 10631--Code of Conduct for members of the Armed Forces of the United States, August 17, 1955”, *National Archives*, disponível em: <http://www.archives.gov/federal-register/codification/executive-order/10631.html>, acesso em 26 jun. 2011. Mais tarde, os Atos do Executivo 12017 e 12633 modificaram esse código ligeiramente.

30. OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, “Executive Order 10631--Code of Conduct for members of the Armed Forces of the United States, August 17, 1955”.

31. UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, “Military Code of Ethics”, *U.S. Department of Defense Website*, 20 Jan. 2011, disponível em: https://kb.defense.gov/app/answers/detail/a_id/461/~military-code-of-ethics, acesso em 26 jun. 2011.

32. UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, “5500 7-R Joint

Ethics Regulation”, *U.S. Department of Defense Website*, 29 Nov. 2007, disponível em: http://www.DOD.gov/DODgc/defense_ethics/ethics_regulation/jer1-6.doc, acesso em 26 jun. 2011, p. 19-30.

33. *Ibid.*, p. 155-7. Esses dez valores são “Honestidade”, “Integridade”, “Lealdade”, “Prestação de Contas”, “Justiça”, “Compaixão”, “Respeito”, “Cumprimento das Promessas”, “Cidadania Responsável” e “Busca da Excelência”.

34. *Ibid.*, p. 157-8.

35. JOINT CHIEFS OF STAFF, *Doctrine for the Armed Forces of the United States* (Washington, DC: Government Printing Office, March 20, 2009), p. III-4 — III-7. Esses cinco valores são “Integridade”, “Competência”, “Coragem Física”, “Coragem Moral” e “Trabalho em Equipe”.

36. *Ibid.*, p. 1-3.

37. *Ibid.*, p. 1-4.

38. *Ibid.*

39. Field Manual 1, *The Army* (Washington DC: Government Printing Office, June 2005), p. 1-21.

40. *Ibid.*, p. 1-16.

41. O manual sobre liderança do Exército dos EUA oferece, na verdade, algumas orientações sobre a ordem de precedência desses valores, afirmando que a “responsabilidade de um oficial, na qualidade de servidor público, é, primeiro, para com a nação; depois para com o Exército; e, em seguida, para com sua Unidade e soldados” (Field Manual 6-22, *Leadership*, Washington DC: Government Printing Office, October 2006, p. 3-2). Contudo, essa regra diz respeito apenas aos oficiais. Além disso, o manual não enfatiza, e ela é provavelmente desconhecida da maioria dos militares.

42. Field Manual 1, *The Army*, p. 4-10. A primeira frase do Etos do Guerreiro afirma: “Sempre colocarei a missão em primeiro lugar”.

43. *Ibid.*

44. *Ibid.*

45. *Ibid.*

46. PRYER, Douglas A. “Controlling the Beast Within: The Key to Success on 21st Century Battlefields”, *Military Review*, January-February 2011: p. 2-12, p. 8-9. [A tradução deste artigo, intitulada “Controlar a Fera Interior: A Chave do Sucesso nos Campos de Batalha do Século XXI”, consta da edição brasileira da *Military Review* de maio-junho de 2011 — N. do T.]

47. Field Manual 3-0, *Operations*, (Washington DC: Government Printing Office, February 2008), p. 6-8.

48. OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, “Executive Order 13526 of December 29, 2009”, *The White House Office of the Press Secretary Website*, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/executive-order-classified-national-security-information>, acesso em 26 jun. 2011.

49. UNDER SECRETARY OF DEFENSE, “Directive-Type Memorandum DTMO7-021, April 26, 2007”, *DTIC Online Website*, disponível em: <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/int070426sap.pdf>, acesso em 26 jun. 2011.

50. BERGEN, Peter; TIEDEMANN, Katherine. “The Year of the Drone”, *New America Foundation Website*, 10 Jan. 2011, disponível em: <http://counterterrorism.newamerica.net/drones>, acesso em 26 jun. 2011. Esse *site* é tão transparente quanto qualquer outro em seus cálculos relativos ao tema. Todos os ataques por veículos aéreos não tripulados no Paquistão desde 2004 foram marcados em uma carta; cada ponto inclui *links* para reportagens “de veículos de comunicação confiáveis, com excelentes recursos de reportagem no Paquistão”, que servem de base para os cálculos do artigo. Um dos principais resumos do artigo é apresentado a seguir: “Nosso estudo demonstra que os 253 ataques de veículos aéreos não tripulados no noroeste do Paquistão (incluindo 42 em 2011), desde 2004 até o presente, provocaram a morte de cerca de 1.557 a 2.464 indivíduos, dos quais cerca de 1.264 a 1.993 foram descritos como militantes em reportagens confiáveis. Assim, a verdadeira taxa de mortalidade de não combatentes desde 2004, segundo nossa análise, é de cerca de 20%. Em 2010, girou ao redor dos 5%.” Assim, há uma observação moral positiva com respeito a esses ataques: a identificação de alvos parece estar melhorando.

51. *Ibid.*

52. AL JAZEERA, “Exclusive: Al Jazeera-Gallup Pakistan Survey”, *Al Jazeera Website*, 13 Aug. 2009, disponível em: <http://english.aljazeera.net/focus/2009/08/2009888238994769.html>, acesso em 26 jun. 2011.

53. Iraq Coalition Casualty Count, “Operation Enduring Freedom”, *ICasualties Website*, 23 Jun. 2011, disponível em: <http://icasualties.org/oef/>, acesso em 26 jun. 2011.

54. *Ibid.*

55. Field Manual 3-24, *Counterinsurgency*, p. 7-9.

56. HARFORD, Tim. “Lessons from War’s Factory Floor”, *Financial Times*, 23 May 2011, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/76ec21b8-8565-11e0-ae32-00144feabdc0.html#axzz1QbRhwjwJ>, acesso em 27 jun. 2011.

57. DEMPSEY, Martin E. “Duty: Understanding the Most Sublime Military Value”, *DTIC Online Website*, 3 Jun. 1988, disponível em: <http://handle.dtic.mil/100.2/ADA197934>, acesso em 26 jun. 2011, p. iii.

58. *Ibid.*, p. 99.